

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 1.º de junho de 2022 - Ata n.º 50.

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às nove horas e trinta minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Boca Aberta Junior** (na função de 1.º Secretário) e **Adelino Ribeiro** (na função de 2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **50.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Convido o Sr. 2.º Secretário, Deputado Adelino Ribeiro, para que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Adelino Ribeiro – PSD): (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 49, de 31 de maio de 2022.) Era o que tinha, Deputado Ademar Traiano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Sr. 1.º Secretário, Deputado Boca Aberta, se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Boca Aberta Junior – PROS): Sim, Sr. Presidente. Bom dia a todos os Parlamentares. Há Expediente a ser lido.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 1576/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 6577/2021, do Deputado Tercílio Turini; **Ofício n.º 1571/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 1033/2022, do Deputado Rodrigo Estacho; **Ofício n.º 1575/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 887/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 249/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 17/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.063; **Ofício n.º 242/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 194/2020, sendo convertido na Lei n.º 21.064; **Ofício n.º 238/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 465/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.062; **Ofício n.º 248/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 248/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.073; **Ofício n.º 1617/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho ao Requerimento n.º 725/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 1615/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Copel ao Requerimento n.º 1083/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 1614/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 83/2022, do Deputado Michele Caputo; **Ofício n.º 1616/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Superintendência-Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ao Requerimento n.º 1462/2022, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 85510/2022** do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1119/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 523/2022** do Ministério da Saúde, encaminhando resposta ao Requerimento

n.º 7021/2021, da Deputada Maria Victória; **Procedimento n.º 0046.22.060458-4** do Ministério Público, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 835/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 239/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 609/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.072; **Ofício n.º 240/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 93/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.070; **Ofício n.º 246/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 50/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.057; **Ofício n.º 247/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 388/2020, sendo convertido na Lei n.º 21.053; **Ofício n.º 253/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 3/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.066; **Ofício n.º 241/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 73/2017, sendo convertido na Lei n.º 21.069; **Ofício n.º 252/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 294/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.060; **Ofício n.º 251/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 122/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.067; **Ofício n.º 245/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 627/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.068; **Ofício n.º 1612/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 743/2022, do Deputado Homero Marchese. Era isso o que continha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos ao horário do Pequeno Expediente, Deputado Soldado Fruet.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Soldado Fruet; Galo; e Requião Filho.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, colegas que nos assistem pelas redes sociais e pela *TV Assembleia*. Inclusive quero dar os parabéns aí ao pessoal envolvido na imprensa, que hoje é o

Dia da Imprensa, não é, então parabéns a vocês que levam aí as nossas mensagens em todo o Paraná. Senhor Presidente, semana passada estive aqui e falei do problema da questão da segurança pública, onde algumas delegacias estão sendo fechadas aí no interior. E relatei uma região, a região de Cascavel, onde seis ou sete cidades, durante final de semana e após às 18 horas, as delegacias são fechadas e os flagrantes são todos centralizados em Cascavel. Porém em algumas cidades o policial tem que se deslocar 60, 70 quilômetros para ir até Cascavel, ida e volta dá 140. Isso está dificultando muito o trabalho da Polícia, tanto que duplas de policiais não cuidam de uma cidade só na região, cuidam até de duas, três cidades. E aí, quando sai a PM, não fica ninguém. Já mantém a delegacia fechada e aí não tem PM. O que entendi disso, Sr. Presidente? Que aqui no Estado do Paraná... Atenção, pessoal que está assistindo aí à TV! Foca aqui! Lá também! Aqui! Atenção, vocês aí que estão assistindo! O Estado do Paraná é diferenciado. É o único Estado no País que o criminoso cumpre expediente. É isso mesmo. Ele não rouba, ele não mata, ele não furta depois das 18 horas, nem feriado e nem final de semana. Pelo menos é o que a incompetência da nossa segurança pública aqui no Estado do Paraná entende, porque fecharam delegacias, centralizando em uma só cidade. Para vocês terem ideia, pessoal, agora quero falar da região do nosso Presidente aqui, Traiano, Francisco Beltrão. Senhor Presidente, Capanema, Santo Antônio do Sudoeste, Barracão, Realeza, Ampére, Salto do Lontra, Dois Vizinhos e Marmeleiro, que fica ali do ladinho, após às 18 horas, feriado, final de semana, as delegacias são fechadas e os flagrantes são todos direcionados lá para Francisco Beltrão. Porém, Capanema está a 106 quilômetros de distância, ida e volta são 200 quilômetros. Como que uma equipe policial vai pegar uma situação e levar 100 quilômetros de flagrante? Mas tem que ir. E essa equipe policial sai da sua região deixando toda aquela cidade e as outras cidades desguarnecidas. Capanema, 106 quilômetros; Santo Antônio do Sudoeste, 96 quilômetros. Como que uma vítima de violência doméstica, que sofre essa violência após às 18 horas, de madrugada, como que o policial vai lá? A PM vai lá atender se a PM estiver na cidade. Ela atende, leva lá para Francisco Beltrão e tem que deixar lá. Ela não

pode trazer de volta. Você acha que a vítima vai lá registrar um boletim de ocorrência? Não vai. Secretário da Segurança Pública, que você sentou agora na cadeira, não adianta só sentar e fazer reunião, queremos é resultado. Delegado-Geral, o senhor é um tremendo de um incompetente por deixar isso acontecer. Como que o senhor me deixa fechar as delegacias no interior, deixando várias cidades desguarnecidas? Como que faz isso? Aí acontece o que aconteceu em Guarapuava e aí aparecem os tais dos planos daqui, planos dali. Seus bandos de incompetentes! Vocês são incompetentes de deixar isso acontecer! Olha só, após a minha fala, e quero dizer mais aí, quero dizer mais aos policiais que estão me assistindo: policiada, podem me mandar mensagem. Se tiver outras regiões que está acontecendo isso aí, podem mandar mensagem que vou falar aqui, sim. Não vou *tapar o sol com a peneira*. Este Governo incompetente que aí está, ele *tapa o sol com a peneira* em relação à segurança pública. É muito fácil subir aqui: gosto da polícia, amo a polícia. Mas e daí? A polícia está se lascando lá na rua! Então, onde tiver esses problemas, pode mandar aqui que vou falar, que vou falar, que não tenho que esconder nada, e não *tapo o sol com a peneira* que nem esse Governo incompetente. Olha só, a questão lá de Paraíso do Norte, não sei nem qual Deputado que é dessa região aqui, mas, em Paraíso do Norte, o soldado falou assim: *Soldado Fruet, a delegacia de Paranavaí, após as 16h50min, aliás, a delegacia de Paraíso do Norte, ela fecha às 18 horas, mas mais ou menos às 16 horas a policiada não recebe mais flagrante*. Aí tem que deslocar até Paranavaí para lavrar o flagrante, e se estiver preso, ele tem que rodar mais 100 quilômetros, levar lá para Loanda o preso. O que é isso? O que é isso? A polícia virou Uber de vagabundo agora? É isso que está acontecendo? (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, vou lhe conceder mais um minuto. Vossa Excelência está tão nervoso que acabou o seu tempo aí.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Muito obrigado, Sr. Presidente! Mas é isso, Sr. Presidente, é rir para não chorar. Esse bando de incompetentes que sentam na cadeira, que é comissionado, que é nomeado, faz essa baixaria no

Estado do Paraná e quem se lasca é o policial que está lá na rua. Agora, tem que estar viajando com vagabundo no camburão para lá e para cá. Então, tomara que esse Secretário que sentou agora resolva isso aí e que tire esse outro incompetente que é o Delegado-Geral. Esse aí é um tremendo incompetente que deixou acontecer isso aqui e fechar a delegacia. Muito obrigado, Sr. Presidente! Só isso. Valeu!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nobre Deputado Soldado Fruet, apenas para seu conhecimento, o Secretário da Segurança assumiu recentemente. Estivemos eu e o Deputado Nelson Luersen com todos esses Prefeitos tratando desse assunto. Realmente, é um problema sério e ele se comprometeu a resolver essa situação.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, o novo Secretário da Segurança é aquele que deixou faltar gasolina no Governo passado? Só porque não lembro direito. O Mesquita, não é? Esse mesmo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não vamos entrar nesse detalhe, Deputado Requião, porque senão podemos voltar algumas coisas aí e o debate ficará interessante. Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, membros da Mesa Diretora, Deputadas e Deputados. Quero cumprimentar, neste momento, o novo Comandante da Polícia Militar de Paranaguá e também estender os parabéns ao nosso Secretário da Segurança que assumiu recentemente, o Dr. Mesquita, pelo belo trabalho sendo executado em Paranaguá por meio da Polícia Militar, por meio do novo Comandante, pelas vazadas. As vazadas que é um histórico terrível para Paranaguá, começa-se um combate com planejamento graças à competência do novo Secretário, o Delegado Dr. Mesquita. As vazadas em Paranaguá são históricas. Todos os Governos que passaram por Paranaguá não tiveram a condição e nem tiveram a competência em termos de logística, de planejamento, para resolver o problema das vazadas. O Tenente-Coronel Renato... Não é esse, viu, Lucas, o Tenente Renato está nos ouvindo. Um abraço para o Coronel

Renato, que já foi Comandante da Polícia Militar em Paranaguá e está acompanhando a Sessão Plenária. Um grande abraço a ele. Esse é o Ex-Comandante. O novo Comandante da Polícia Militar em Paranaguá já fez uma apreensão histórica das vazadas em Paranaguá. As vazadas prejudicam famílias, as vazadas prejudicam os usuários do trânsito em Paranaguá, devido os grãos que ficam normalmente espalhados pelas avenidas de Paranaguá e, quando vem a chuva, principalmente nos dias de hoje, é um perigo muito forte para acidentes graves. Então, o novo Comandante da Polícia Militar lá de Paranaguá recebe aqui os meus cumprimentos pela sua atuação, pela sua decisão. E quero dizer a ele que o planejamento que está sendo executado, por meio do Comando da Polícia Militar, lá de Paranaguá, é profícuo. O planejamento que está sendo colocado à disposição da população ou em prol da população, por meio do Delegado Mesquita, que está assumindo agora a Secretaria da Segurança do Estado do Paraná, tem o compromisso de levar, acima de tudo, a garantia da segurança do povo paranaense. É necessário apenas que se dê tempo para que o planejamento comece a dar certo. O Paraná é grande e o Secretário da Segurança tem competência. Se o Mesquita não fosse competente, não teria assumido a Secretaria da Segurança do Estado do Paraná. Ele não caiu lá de paraquedas. Ele está lá porque tem a possibilidade de conseguir. As controvérsias fazem parte do jogo. Todas as controvérsias fazem parte do jogo. Dizem que já tivemos Secretário da Segurança que era viciado em pó, que cheirava, que fazia o *diabo a quatro*. Nunca provaram. Participou de outros Governos. O Governador que estava em questão tem culpa? Claro que não. Se tinha problema com o tal Secretário, o problema não era do Governador, tanto é que quando soube, o Governador da época, demitiu o tal Secretário. Então, não se pode imputar ao Governo do Estado qualquer tipo de erro, neste momento, quando o Secretário da Segurança começa a fazer o seu planejamento. Acho que isso é inconsistente exigir de um Secretário que assumiu há alguns dias soluções de anos dentro do Estado do Paraná. Quero dizer que confio, acredito no trabalho do Delegado Mesquita e estou acreditando firmemente no que o Governador Ratinho Junior está fazendo em prol da segurança do Estado do Paraná. Se temos problemas,

como aqui foi citado, eles devem ser, sim, ouvidos e sanados. Se o Delegado-Geral da Polícia Civil comete os seus enganos, espero que o Mesquita possa tomar as providências. Quero dizer ao meu amigo, meu parceiro Fruet, V.Ex.^a não comete nenhum engano quando o senhor fala do Delegado-Geral, há outras situações que já foram cometidas de enganos por esse cidadão. Então, quero dizer que neste quesito estou com V.Ex.^a. Agora, no que diz respeito... Para concluir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está apressadinho hoje, Deputado. Para concluir.

DEPUTADO GALO (PP): Eu, apressadinho? Apressadinho toma água gelada! Senhor Presidente, só quero fazer um apelo a todos que nos acompanham neste momento. É necessário que se dê tempo, e o tempo é amigo, acima de tudo, de bons resultados. O Secretário, o Delegado Dr. Mesquita, nem esquentou a cadeira ainda, está trabalhando até as 10 ou 11 horas da noite em planejamentos, estão dando condições para que a Polícia Militar, acima de tudo, possa exercer aquilo que sempre foi, um belíssimo trabalho para o Estado do Paraná. Era isso, Presidente, que queria colocar. Presidente Traiano, vida longa, Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência registra a presença na Casa dos alunos do 3.º ano do ensino médio do Colégio da Polícia Militar de Curitiba, acompanhados pela Professora Lineti Firmo Rodrigues. Sejam bem-vindos à nossa Casa. E também, para conhecimento dos Sr.^s Deputados, hoje o aniversariante do dia é o Deputado Nelson Luersen, que completa 60 aninhos no dia de hoje. Parabéns, em nome do Poder Legislativo, ao nosso Deputado Nelson Luersen. Próximo orador, Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhores Deputados, Presidente, hoje, quando vi o Deputado Galo subir à tribuna, achei que ele iria falar dos 50 dias de greve dos funcionários do Hospital Regional de Paranaguá, que estão com o seus salários atrasados e foi inclusive, Deputado Galo, descontado nos seus contracheques os dias parados, mas o Deputado falou do Secretário Mesquita.

Deputado Fruet, você ou V.Ex.^a e o Deputado Galo não estavam aqui no mandato passado, talvez seja por isso que não saibam da realidade. O Deputado Mesquita não está esquentando a cadeira, o Deputado Mesquita está voltando para a cadeira para resolver problemas que ele mesmo criou. Deputado Fruet, quando o Mesquita foi Secretário da Segurança, as viaturas do Paraná ficaram sem combustível e os nossos policiais tinham que empurrar as viaturas; quando o Mesquita foi Secretário da Segurança do Paraná, os coletes balísticos dos nossos policiais estavam vencidos e as suas vidas estavam em risco; quando o Secretário Mesquita foi Secretário da Segurança do Paraná, foi uma das piores gestões que já tivemos em relação à Polícia Militar e à Polícia Civil e a definição de loucura é fazer a mesma coisa e esperar resultados diferentes. O Mesquita foi e será um péssimo Secretário da Segurança! Não adianta querer imaginar que vai ser diferente agora do que foi antes! Planejou, planejou, planejou e não resolveu nada. Criou problemas, criou inúmeros problemas dentro da Polícia Militar, dentro da Polícia Civil e agora ele volta para substituir um que era tão ruim ou pior do que ele. Fazer a mesma coisa e esperar resultados diferentes é a definição de loucura. E, para falar uma linguagem, Deputado Fruet, que a nossa policiada entende, discurso não enche barriga. Façam uma pesquisa e vejam as votações de quem votou contra as perdas salariais dos nossos policiais, contra as perdas de direitos, contra o aumento de desconto na aposentadoria dos policiais, façam uma pesquisa e vejam quem votou com a policiada e quem votou contra, porque nós, Deputado Fruet, como eles dizem, estamos juntos com eles. Aqui é QAP e QRV, enquanto grande parte fica só no discurso. Era isso. Muito obrigado.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, só porque o Deputado Maurício me citou, quero dizer uma coisa. Ele está mal informado, porque o primeiro ofício que saiu desta Casa de Leis sem medalhinhas para pedir que não fosse descontado, foi do Galo, para os profissionais da saúde. Grato, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): No Grande Expediente, Deputado Professor Lemos.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentá-los, ao tempo em que cumprimento a nossa população que está acompanhando a Sessão desta quarta-feira. Quero também cumprimentar os estudantes do Colégio Militar de Curitiba, aqui presentes. Sejam sempre bem-vindos, sempre bem-vindas! Cumprimentar também a professora que está acompanhando. Dizer que é uma satisfação receber os nossos estudantes, os nossos colegas professores e funcionários aqui na Assembleia Legislativa. Quero aqui, Sr. Presidente, fazer também um pedido aos Deputados da Casa e às Deputadas para subscreverem, participarem da Frente Parlamentar que estamos propondo. Apresentamos um requerimento ontem, está no sistema e queremos o apoio, a assinatura e a participação de todos os Deputados nesta Frente Parlamentar, que é a Frente em Defesa da Economia Solidária. Economia solidária socorre muitas famílias no Brasil e aqui no Paraná. O Paraná tem registrado mais de 4 mil empreendimentos solidários no Paraná. Isso é muito importante! Empreendimentos solidários podem ser coletivos, como cooperativas da agricultura familiar, podem ser cooperativas urbanas, por exemplo, dos catadores de materiais recicláveis, podem ser também associações, temos associações tanto no campo, de agricultores e agricultoras, quanto associações urbanas, mas também temos os empreendimentos solidários que são unifamiliares, que é uma família que organiza esse empreendimento solidário e consegue ter renda para si e para suas famílias. Então, empreendimento solidário é algo importante. Estamos propondo a criação desta Frente Parlamentar para contribuir na formulação de programas, de projetos que são importantes para a economia solidária no Estado do Paraná. Sou autor da lei que criou a Política Estadual da Economia Solidária no Paraná e já temos alguns programas importantes, tanto para empreendimentos urbanos quanto para empreendimentos rurais, mas podemos fazer mais e fazer melhor a nossa parte como Deputados, dando força à economia solidária do Estado do Paraná. Então, fica aqui o convite para todos os Deputados e Deputadas participarem desta Frente, porque ela é importante para a economia do nosso Estado. Também, Sr. Presidente, quero

falar aqui da redução do investimento em educação. O Presidente da República, recentemente, determinou o bloqueio de 14,5% do orçamento reservado para as universidades federais e para os institutos federais do Brasil. Isso significa uma redução de mais de R\$ 1 bilhão. E aí as nossas instituições de ensino superior, as instituições federais estão muito preocupadas, porque corta, corta investimento, mas também corta custeio, inviabiliza, por exemplo, a oferta de serviços e serviços dos mais variados. Temos trabalhos de extensão nas nossas universidades, nos institutos federais, mas temos também na área da saúde. As nossas universidades atendem também à área da saúde. É muito importante que o Governo Federal reveja com urgência e desbloqueie os recursos, que já são insuficientes para atender às demandas das nossas universidades e dos nossos institutos federais. Então, fica aqui mais uma vez a nossa solicitação para que o Governo Federal desbloqueie os recursos das nossas instituições de ensino no Brasil, porque você reduzir investimento em educação, em Ciência, em pesquisa, é você sabotar a nossa soberania e isso está errado. Nenhum povo se desenvolve sem investimento adequado na educação. Por isso, a indignação dos estudantes, a indignação dos professores, dos servidores, das nossas universidades, dos nossos institutos federais. É uma indignação santa, que precisa ser acolhida por nós e o Governo Federal precisa acolher esse clamor e desbloquear os recursos das nossas instituições de ensino superior, de ensino federal. Quero também aqui falar da redução de investimento na educação no Estado do Paraná. Em 2020, o Paraná investiu 26,3% na educação básica, mas em 2021 caiu para 23,1%, menos do que 25%. Quando aqui, em 2006, trabalhamos para aprovar aqui na Assembleia – eu não era Deputado, era Presidente da APP, que é o sindicato que representa professores e funcionários de escolas – e trabalhamos aqui e esta Casa aprovou a emenda constitucional, alterando o art. 185 da nossa Constituição, para obrigar o Estado a aplicar no mínimo 30% dos impostos em educação, era para que no mínimo 25% fossem destinados à educação básica e que no mínimo 30% fossem investidos em educação como um todo, porque inclui aí as nossas sete universidades, que são do ensino superior. Agora, quando é que o Estado pode aplicar menos na educação básica? Quando todas as demandas

da educação básica estão supridas. Isso está estabelecido pela Constituição Federal. Ocorre que o Paraná não pode aplicar menos do que 25% na educação básica. Por quê? Porque as demandas da educação básica não estão supridas. Temos escolas no Paraná que não têm água, que as Prefeituras precisam pegar um caminhão pipa e levar água nas escolas estaduais. Temos escolas que ainda não têm energia elétrica, escolas estaduais. Temos colégios estaduais que não têm laboratório e, por isso, os estudantes estão impedidos de fazer matrícula em universidades estaduais. Vou citar o exemplo de Nova Laranjeiras, lá temos escolas que não têm laboratórios e, por isso, o Conselho Estadual de Educação não reconhece os cursos de ensino médio e os alunos estão proibidos de se matricularem na Unicentro, por exemplo, que é a Universidade Estadual daquela região. Nenhuma universidade recebe o aluno que não tem o curso do ensino médio reconhecido. E mesmo aquela que o aceita ingressar, depois, não pode diplomar, não pode certificá-lo, porque ele não tem o ensino médio dele reconhecido, pelo Conselho Estadual de Educação. Então, não estão, adequadamente, atendidas às demandas da educação básica. Temos escolas que não têm biblioteca e temos escolas que têm bibliotecas, mas não tem acervo bibliográfico atualizado, coisa do passado que não atende ao nosso tempo. Mas temos falta de professores, temos falta de funcionários nas escolas. Também temos outro problema, a carreira, o salário dos nossos professores e funcionários são os menores do Brasil. Os municípios do Paraná pagam salários menores do que o Estado do Paraná está pagando aos seus professores. Está errado isso! Como que o Estado, agora, resolveu no ano passado reduzir para menos de 25% o investimento em educação básica? Além de incondicional, de ilegal, é uma irresponsabilidade com a educação, com os destinos da educação básica dos nossos filhos. Então, por isso, quando a APP-Sindicato vem a esta Casa, como veio hoje novamente, traz esse documento e solicita a todos nós, Deputados – na semana passada fiz a entrega desse documento, para todos os Deputados aqui presentes – e a APP volta hoje aqui para reclamar. Dizer que é preciso que o Governo devolva o dinheiro que foi tirado da educação básica no ano passado, que foram 2%. E que este ano volte a aplicar pelos menos os 25% na educação

básica no Estado do Paraná, para atender às demandas de carreira, promoção e progressão na carreira, os adicionais por tempo de serviço, pagar a data-base que é 12.13%, que o Estado está devendo neste ano, repor a inflação do passado, que dá 36%. Significa trabalhar 12 meses e receber por oito, quatro de graça, porque a inflação reduziu o poder de compra. Também é importante voltar a isentar o aposentado até o teto do INSS, porque é assim que os demais trabalhadores brasileiros aposentados estão pagando Previdência. Só pagam Previdência a partir do teto, que é R\$ 7 mil. Por que aqui no Paraná os nossos aposentados do serviço público, incluindo a educação, estão pagando Previdência abaixo do teto? Está errado também isso. Então, fica aqui mais uma vez a nossa solicitação ao Governador do Paraná, que cumpra o que está estabelecido na Constituição, que está em lei. Cumpra também os compromissos, as promessas que ele assumiu como candidato a Governador do Paraná. Quando assumiu, ele disse que cumpriria a Constituição, jurou cumprir a Constituição. Quando fez campanha, prometeu tratar bem o servidor público, respeitando a data-base todo ano, tratar bem a educação respeitando o plano de carreira. Não foi isso que aconteceu. Por isso, estamos na tribuna mais uma vez, para solicitar que o Governador valorize o servidor público, valorize a educação, invista pelo menos o mínimo estabelecido na Constituição, na educação e no serviço público no Estado do Paraná. Então, mais uma vez aqui o nosso apelo e que suprima, acabe com esse contrato, que terceirizou a contratação de funcionários de escolas, porque está mais caro para o Estado. O Estado vai gastar 200 milhões a mais no ano, do que se contratassem diretamente pelo Estado os funcionários. Essas três empresas que estão recebendo dinheiro do Estado, para contratar funcionários, estão tendo lucro, os funcionários ganhando menos e as escolas em um caos total. Suspenda também esse contrato com a Unicesumar, porque televisão colocada na sala de aula para estudantes de ensino médio não está ensinando, está criando um problemão para os estudantes. Não dá para entregar dinheiro para a Unicesumar, essa empresa privada, para ela oferecer aula por televisão para o ensino médio profissionalizante. Os pais são contra, os alunos são contra e queremos que o

Governo também suspenda isso, que invista corretamente na educação, porque a Constituição está aí para ser cumprida.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, para concluir. Já encerrou? Ok. Próximo orador, pela Liderança do PT, Deputado Tadeu.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Tadeu Veneri (PT); Homero Marchese (REP); Delegado Jacovós (PL); Deputado Arilson (Oposição); e Tiago Amaral (Governo).

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Venho a esta tribuna porque nessa semana, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, tivemos mais uma rodada de pesquisa. Antes quero aqui, antes de falar da pesquisa, cumprimentar os alunos do Colégio Militar que estão aqui, Colégio da Polícia Militar, aliás, um excelente colégio, Sr. Presidente. Quem nos dera todos os colégios do Paraná tivessem aquilo que tem o Colégio da Polícia Militar, a estrutura que tem, as condições de ensino que tem, certamente vocês têm o privilégio de estudar em um colégio dos melhores colégios do Paraná, senão o melhor colégio do Paraná. E queremos, Sr. Presidente, que os nossos colégios todos sejam como está sendo hoje o Colégio da Polícia Militar, os alunos estão aqui presentes. E venho aqui, Sr. Presidente, falar de uma pesquisa, ou de várias pesquisas, Deputado Fruet, que foram feitas recentemente, e que talvez demonstrem um pouco o nervosismo que tem tomado conta do Presidente Jair Bolsonaro, com as suas falas nem sempre muito tranquilas, nem sempre muito claras inclusive. Ouvi ontem uma fala do Presidente dizendo que precisamos ter eleições limpas, com voto auditável. Quer dizer, continua nessa *bobajrada* toda. Porque a pesquisa feita, não só uma, mas várias pesquisas feitas, demonstram, Deputado Arilson, um fato incontestável, é a primeira vez, desde 1990, que um Presidente que concorre à reeleição, há 120 dias, estamos na verdade há 119 dias da eleição, tem, é a primeira vez, tem um índice muito inferior ao seu principal concorrente. Não foi assim com Fernando Henrique Cardoso quando concorreu à reeleição contra o Lula, e ganhou a eleição, nesse período ele tinha 40 e tantos

por cento, ganhou, aliás, no primeiro turno. Não foi assim com o Lula quando concorreu à reeleição. Não foi assim com a Ex-Presidente Dilma quando concorreu à reeleição. Talvez isso demonstre o nervosismo de Jair Bolsonaro e dos seus aliados, que todos os dias fazem uma gritaria sem tamanho. Agora começaram inclusive a desacreditar nas pesquisas. A *Folha de São Paulo* é comunista, o BTG é do grupo globalista mundial, o banco não é. Agora tem uma pesquisa do FSB, e que mostra o Lula com 46, Bolsonaro com 32, Ciro Gomes com 9, a Simone Tebet, a candidata que é da frente do grupo que está buscando uma terceira via, com 2%, e os demais candidatos, claro, com um número menor. Mas essa diferença, ela não é só uma diferença de 14 pontos percentuais, ela é uma diferença que mostra em um segundo turno que Lula derrotaria Bolsonaro por 54 a 35. É um dos maiores índices que vimos até agora. E mais ainda, o que diz a pesquisa? Houve um aumento, o senhor estava em Brasília ontem, certamente ouviu muito isso, Deputado Arilson, houve um aumento de 1% entre os que já declararam ter certeza em quem não votar. Mais importante do que saber em quem votar é dizer em quem não vão votar em hipótese alguma. Essa rejeição em quem não vota em hipótese alguma, ela obviamente que inviabiliza uma candidatura quando ela chega a um determinado percentual. E 72% afirmam que já sabem em qual candidato que vão votar, 27% dizem que ainda não sabem, e apenas 1% declaram, aliás, 1% declara que não sabe e 27% diz que pode mudar o voto. Digo isso, Sr. Presidente, porque o País realmente mergulhou em um caos, mergulhou em um caos, não adiantou orçamento secreto, os 30 e tantos bilhões, os sertanejos gastando alguns milhões de reais para poderem fazer os seus *shows* sabe-se lá de que forma, aliás, tem um dos cantores que parece que cobra 500 mil da empresa para a qual ele vendeu os *shows* e ela cobra um milhão das Prefeituras. Algumas Prefeituras, Sr.^s Deputados e aqueles que nos assistem, fico pensando aqui, o Deputado Fruet que sempre é um defensor do serviço público, imagina o senhor, Deputado Fruet, uma Prefeitura com 5 mil habitantes, que não tem água, que não tem luz suficiente, que não tem esgoto, pagar 500 mil em um *show*. Um Prefeito desses tinha que ser cassado, por burrice, não por outra razão, por burrice. Mas, afinal, os *shows* correm soltos. E aqui no Paraná fico me

perguntando: Quando é que o Governador vai declarar afinal de contas quem é o seu candidato? Porque até agora ele fica em um vai não vai. Não é Bolsonaro, não é contra o Bolsonaro, fica andando meio de lado, meio de beirada, não posa muito nas fotografias, porque ele sabe, Deputado Marcio, o senhor que é um defensor ferrenho do Bolsonaro e do Governador Ratinho, fica difícil para o Governador Ratinho, Deputado Marcio, fica difícil, aparecer do lado do Bolsonaro hoje, que está com 27% das pesquisas e que sabe que irá perder as eleições, que ele não vai nem para o segundo turno, o Governador Ratinho não é bobo não, ele começou a ver, aliás, o seu pai falou isso, não seu pai Deputado Marcio, o pai do Governador Ratinho, para que não haja nenhuma confusão. Recentemente o pai do Governador Carlos Massa, o Massa pai, ele falou: “Olha, o Bolsonaro tem esse jeitão dele e tal, fala as coisas que não deveria, mas isso não deveria acontecer porque isso não é o correto para um Presidente da República. Demorou para ver isso não é, demorou três anos e seis meses, mas quando começo a olhar essas coisas, começo a me perguntar aqui, estou algum tempo na política, não sei muita coisa, mas quando começa andar de banda, ou como dizia o velho Brizola, “Costear a cerca”, alguma coisa talvez não esteja tão bem. E não sei, nem nós, ninguém aqui sabe, Deputada Mabel que está agora no PSDB, seu pai pré-candidato a Deputado Federal, ninguém sabe qual será o resultado, seria uma incoerência pensarmos que temos aqui condições de dizer o resultado da eleição, mas que certamente não era o que se pensava há seis meses, ou há oito meses, ou há um ano, não era. Vi muito aqui, Deputada Mabel, um debate que às vezes foi um debate talvez feito até de forma não tão desejável sobre o Renato Freitas, essa sua possível cassação, ou não cassação, alguns têm uma opinião, tenho uma opinião diferente daqueles que acham que deve ser cassado, e aqui é o espaço para que façamos o debate, e coincidentemente na Câmara de Vereadores, Deputada Luciana, um dos Vereadores que mais defendeu a cassação do Renato, e defendeu dizendo que ele já tinha antecedentes, que ele não poderia fazer isso, que ele não podia fazer aquilo, que ele é um Vereador que não tem postura, que ele ofendeu a Igreja, que ele ofendeu sei lá quem, que ofendeu isso e aquilo, que ele tinha uma folha disso, uma folha daquilo, e

acompanhei inclusive este Vereador quando não era Vereador ainda aqui nas galerias, fazendo uma gritaria danada contra os Deputados, aliás, o Presidente Ademar Traiano certa vez chamou a sua atenção aqui porque ele estava bastante agitado, foi retirado do Plenário. Estou me referindo, Deputado Traiano, ao Vereador Eder Adão. Aqui todos conhecem o Vereador Eder Adão. O Vereador Eder Adão sempre foi uma pessoa com posições bastante claras com relação ao bolsonarismo e tal, foi cassado, o Vereador foi cassado. Deputado Galo, o senhor que sempre também vem à tribuna e, poucos sabem, mas o Vereador Eder Adão, Eder Adão Borges, foi cassado na Câmara de Vereadores nem pela Comissão de Ética, pela Mesa Diretora. Por quê? Porque foi condenado em todas as instâncias possíveis. E por que foi condenado? Por fazer uns vídeos falsos afirmando que a APP estava hasteando bandeiras dos comunistas no Colégio Estadual do Paraná, fez uma montagem e agora foi cassado. O homem que dizia que o Renato iria ser cassado, que bandido bom era bandido morto, agora está condenado, cassado e se, não sei se tem condições de recorrer ou não, ao que se fala não tem, ficará oito anos fora da política. Vejam que ironia. Não é quem com ferro fere com ferro será ferido. Nesse caso quem com ferro tentava ferir hoje está totalmente ferido. Então, às vezes, é preciso que meçam as palavras que se dizem, porque nem sempre elas são aquelas que vão se tornar alguma verdade. E, Sr. Presidente, nessa mesma esteira, quero também aqui fazer um registro importante, muitos defenderam a PEC 206 na Câmara Federal... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): ... a PEC 206 é aquela que prevê o pagamento nas universidades públicas, que todas as universidades públicas sejam pagas por alunos independentemente da sua condição. Não foi à frente. E aí sempre vale lembrar, Sr.^s Deputados, uma frase que é extremamente importante, um pensamento extremamente importante feito há mais de 70 anos: “Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento que só há

à humanidade pertence.” Bertold Brecht. Quando forem falar em privatizar, lembrem-se de Bertold Brecht, que 70 anos atrás falava exatamente isso: *Aqueles que querem privatizar o pensamento, o conhecimento, a sabedoria, não irão passar.* Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Homero Marchese, pelo Republicano.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, população que nos assiste, bom dia. Há um ano vim aqui fazer um discurso sobre o anúncio da Federal do Paraná que iria fazer uma vacina contra a Covid, mas precisava de R\$ 50 milhões. Anunciava naquela ocasião que era um golpe de *marketing*. Toda vez que a Universidade estava pressionada por alguma crítica, como, por exemplo, por não trabalhar durante a pandemia, a instituição se valia desse trunfo, de que iria salvar milhões de vidas brasileiras com produto mais barato e mais eficiente. Um ano depois nada saiu do papel. E isso não deve acontecer porque conhecemos a estrutura da Federal do Paraná, onde os esforços não são premiados, onde os retrocessos não são punidos e no final do mês o salário cai na conta de todo mundo. É por isso que se trata de uma situação insustentável, as universidades públicas no Brasil precisam ser reformadas de uma forma ou de outra. Mas vim falar sobre dois assuntos. Em especial, o primeiro é o pacote de bondades que o nosso gabinete apresentou em favor do povo do Paraná nas últimas semanas, para diminuir a estrutura de cargos em comissão aqui nesta Assembleia. Como já divulguei, a Assembleia Legislativa tem hoje 1.741 cargos em comissão, vai acrescentar mais 120 agora depois que um Projeto, aprovado nesta Casa e sancionado tacitamente pelo Governador Ratinho Junior, aumentou essa despesa em mais de R\$ 30 milhões por ano. Diante da constatação de que muitos desses cargos são desnecessários, apresentamos aqui três projetos. Um Projeto de Lei, um Projeto de Resolução e um Requerimento para diminuir gastos desnecessários aqui na Assembleia. Primeiro Projeto é um Projeto de Lei que limita a dois cargos em comissão por Comissão nesta Assembleia. Atualmente, para os senhores terem uma ideia, as seguintes

Comissões têm os seguintes números de cargos comissionados aqui na Assembleia: Comissão de Redação tem incríveis 20 cargos comissionados; a Comissão de Educação, 19; a Comissão de Constituição e Justiça, que até tem uma razão de ter maior número de cargos, tem 18, aliás a CCJ está fora do nosso Projeto que limita dois por entendermos que nesse caso, sim, está justificado número maior de cargos comissionados. A Comissão de Defesa dos Direitos das Crianças, Adolescentes, Idosos e Pessoas com Deficiência tem 17 cargos comissionados hoje em dia; Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, 9; Finanças, 9; Obras Públicas, 9; Revisão, 9; Tomada de Contas, 9; Mercosul, 9; Defesa dos Direitos da Juventude, 8; Segurança Pública, 8; Cultura, 7; Esporte, 7; Indústria, 7; Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais, 6, é uma Comissão que se reúne uma vez por mês; Comissão da Ciência, 4; Defesa do Consumidor, 4; e aí por diante, Defesa da Mulher, 4; Ecologia, 4. Enfim, no meu ponto de vista funcionariam muito bem cada uma delas com dois cargos comissionados só e esse Projeto de Lei apresentado tem esse objetivo. Segundo Projeto, do pacote de bondades, é um Projeto de Resolução que extingue a Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs. Uma Comissão que foi criada já há quase dois anos, já está extinta pelo Poder Judiciário, mas a Casa continua com essa Comissão instalada, pagando salário para dois cargos comissionados. Então, peço apoio dos senhores para extinguirmos essa Comissão Parlamentar, que já foi extinta de direito pelo Poder Judiciário. E um terceiro Projeto é um requerimento para extinguir o Bloco Parlamentar Temático da Erva-mate. Hoje existem alguns Blocos Parlamentares com um número incrível de cargos comissionados e sem atribuição de fato. O Bloco Parlamentar da Erva-mate tem 11 cargos comissionados. Pergunto por que um Bloco Parlamentar voltado a um dos produtos apenas que o Paraná produz, é um produto relevante, mas apenas um dos produtos que o Paraná produz, precisa ter 11 cargos comissionados. O Bloco Parlamentar Digital tem 7 cargos comissionados. O Bloco Parlamentar Agropecuário tem 9. Serão os próximos a sofrer atuação no nosso gabinete.

Deputado Goura (PDT): Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Por favor, Deputado Goura.

Deputado Goura (PDT): Obrigado, Deputado. Queria esse aparte. Primeiro achei muito importante o senhor trazer essa discussão, podemos discordar de algumas coisas, mas acho que é importante trazer esse olhar sobre a transparência e as equipes que compõem as assessorias. Só queria complementar, Deputado, creio que seria muito importante que a Assembleia tivesse equipes técnicas nas Comissões, com caráter permanente também. Por exemplo, na Comissão de Meio Ambiente poderíamos ter biólogos, engenheiros florestais, engenheiros ambientais, que fossem cargos de carreira, que estivessem assessorando os Parlamentares que passem pelas Comissões. Então, acho que também seria salutar, Sr. Presidente, que pensássemos nisso. Assim como temos na Câmara Federal, em Brasília, as Comissões muito bem assessoradas, com equipes técnicas e não apenas indicações políticas. Então, creio que também para complementar a discussão que o senhor traz, faço aqui essa colocação.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Muito obrigado, Deputado Goura. Peço apoio aos demais Deputados a esses projetos que foram apresentados os últimos dias. Peço ao Sr. Presidente e ao Presidente da CCJ que pautem os projetos para que possamos votá-los. O terceiro assunto sobre o qual gostaria de falar tem a ver com uma possível oitava onda de Covid aqui no Paraná. Nosso gabinete tem monitorado os casos e, aparentemente, o Paraná está entrando em uma oitava onda de Covid. E isso leva algumas pessoas a defender a volta de medidas restritivas, em especial, o uso obrigatório de máscaras. Mas temos demonstrado e outras pessoas têm demonstrado isso também que as últimas sete ondas, o principal fator para evolução do vírus foi o próprio comportamento dele, que muta e produz novas infecções periodicamente, independentemente da adoção de medidas restritivas ou não. A sétima onda, que foi a onda da Ômicron, no mês de janeiro, foi uma onda super-rápida e a maior de todas, contaminou um enorme número de pessoas, naquele momento havia a obrigatoriedade do uso de máscaras e não houve nenhuma mudança significativa na evolução do vírus por conta disso. Dois anos do início da crise, mais de dois anos depois do início da

crise, sou contra a adoção de outras medidas restritivas que também têm um custo alto, econômico, psicológico e uma eficácia cada vez menor, ou até mesmo nula. O uso de máscara, por exemplo, para crianças em escolas, para mim, é um sofrimento absolutamente sem sentido, desnecessário, uma judiação com as nossas crianças. Já falei por que várias vezes. As crianças estão sempre em contato. A máscara ali tem pouquíssimo efeito, especialmente porque usam máscara de pano que não tem efeito praticamente nenhum, zero, talvez, negativo. E as nossas crianças são menos suscetíveis ao vírus e já sofreram demais ao usar máscara por tanto tempo. E pediria às crianças e aos adolescentes do Colégio Estadual tirem as máscaras, não precisam ficar de máscara aqui não. Não é obrigatório e não precisa passar por esse sofrimento desnecessário. Embora também não haja proteção duradoura contra o coronavírus e isso já está demonstrado, dois anos de crise já trouxeram imunidade, uma espécie de imunidade híbrida para a população, seja na forma de vacinação, seja na forma de prévia infecção. E a mutação do vírus, graças a Deus o vírus tem mutado para formas mais leves, e essa mutação de vírus fez descolar o número de casos do número de óbitos. A onda da Ômicron, por exemplo, que foi a maior de todas em número de casos, não foi acompanhada do aumento de casos graves e óbitos. E hoje o número de casos graves e óbitos, graças a Deus, é muito mais baixo. Já chegamos a ter no Paraná incríveis quase 2 mil leitos de UTIs do SUS, exclusivos para Covid, ocupados. Quase dois mil! Hoje temos uma fração disso, temos cerca de 70, 75 leitos de UTI do SUS exclusivos para a Covid ocupados, o que deixa claro que, graças a Deus, estamos em um momento melhor do que já tivemos, e, portanto, um momento que não exige as mesmas medidas que foram adotadas no passado. E como sempre há uma solução de compromisso possível para a crise, que é respeitar as pessoas. Usa máscara quem quiser usar, pronto! E assim superamos essa questão com tranquilidade, respeitando todo mundo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Delegado Jacovós.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente, demais pares. Subo à tribuna hoje, observei aqui alguns oradores falando sobre a Secretaria da Segurança Pública. O Soldado Adriano é testemunha de que ontem tivemos uma audiência, na Secretaria da Segurança Pública, fomos muito bem recepcionados lá pelo atual Secretário da Segurança, Dr. Wagner Mesquita, também por toda sua assessoria. Ontem estivemos lá, Adriano, com o Prefeito de Maringá, Ulisses Maia, também com o Vereador Delegado Luiz Alves e o Vereador Biazon. E qual era a pauta ontem na Secretaria da Segurança com o Dr. Wagner Mesquita e sua equipe? O Prefeito de Maringá, Ulisses Maia, pretende integrar as forças de segurança da cidade: guarda municipal, polícia civil, polícia militar, estará disponibilizado lá também para a Polícia Federal participar desse Centro – Centro Integrado de Segurança Pública – e os investimentos são bastante fortes pela Prefeitura de Maringá, para a criação desse Centro Integrado de Segurança Pública. Explicava lá, ontem, o Secretário da Segurança Pública de Maringá, que, aliás, um policial civil já aposentado, mas com muito conhecimento técnico, trabalhou muito tempo em grupo de operações especiais que é o Ivan, não é isso, Adriano, e ele falava com o Secretário de toda tecnologia que vai ser implantada lá, com câmeras de reconhecimento facial e alguns outros termos técnicos lá que somente ele tem conhecimento. E por que subo aqui para dizer? Dizer que aí entrou o Secretário Mesquita – com todo seu conhecimento, com todo seu *know-how* e debateu ali com o Ivan, falando a mesma linguagem de policiais capacitados e competentes. Se tivéssemos o Secretário anterior, o Marinho, infelizmente o Marinho ficaria de boca aberta olhando para o céu. E o Mesquita fez um debate ali aprofundado de segurança pública. É isso que precisamos. Precisamos ter gente competente à frente de uma pasta como é a pasta da segurança pública. E nesse ponto, infelizmente, o Governo do Paraná dormiu até fazer a mudança que era necessária: foi pontual, foi certa, foi correta.

Deputado Soldado Adriano (PP): O senhor me concede um aparte depois?

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Com certeza, Soldado Adriano. Assim, só para colocar, fazer esse contraponto, porque nesta atual gestão que assumiu

há muito pouco tempo, do Secretário Mesquita, vai muito bem, sim, a Secretaria da Segurança Pública. Pena, uma pena muito grande que o Secretário teve de aceitar um pacote, quando assumiu o cargo, e manter algumas peças ali que não funcionam. Vou me reservar no direito aqui de, neste momento, não entrar nesse mérito, porque vamos ver se o Secretário e um Secretário bastante competente para isso, aliás, levou uma equipe competente com ele também que é o caso do Diretor Chiquinho, um baita profissional, um Delegado de Polícia qualificado. E acho que o Secretário, com a inteligência dele, vai conseguir fazer com essas peças que não funcionam possam engrenar. Vou dar um tempo até que volte aqui a falar sobre, especificamente, a polícia civil, porque temos sempre de dar uma oportunidade para as pessoas reavaliarem o seu método de trabalho. Ontem mesmo me procurou a Valquíria, que é Secretária do Sinclapol, Delegado Fernando, e a Valquíria levou um anteprojeto de reestruturação da polícia civil, da estrutura da polícia civil. E ela falou: “Olha, Deputado Jacovós, vou procurar o Delegado Fernando, vou procurar os demais Deputados. Este aqui é um Projeto de estruturação conversado com a base. Com os investigadores, com papiloscopistas, com os escrivães. Não é que saiu da cabeça do Delegado-Geral, ele, mais dois assessores, aí leva lá no Governo e aí dá aquelas atrapalhadas como deu aqui questão de dois meses atrás, que ninguém fica contente. Eles não sabem o que fazer, eles não discutem com a base! Vou dar primeiro um aparte ao Soldado Adriano e já lhe concede, Delegado Fernando.

Deputado Mauro Moraes (UNIÃO): Peço um aparte também.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Pois não, Deputado Mauro.

Deputado Soldado Ariano (PP): Deputado Delegado Jacovós, primeiramente quero parabenizar o trabalho de V.Ex.^a nas pautas ligadas à área da segurança pública, principalmente os enfrentamentos que o senhor faz às pautas da polícia civil. Dizer que tenho orgulho de ter trabalhado muitas pautas da segurança pública com o senhor. Como o senhor mesmo disse, estivemos ontem na Secretaria da Segurança Pública, fomos muito bem recebidos pelo Secretário Dr.

Wagner Mesquita. Em uma demonstração clara de uma mudança radical na Secretaria da Segurança Pública e para melhor. E dizer que precisamos estar, sim, cada vez mais focados e juntos – o Dr. Wagner Mesquita, o nosso Coronel Hudson, que tem feito um brilhante trabalho. Sempre deixei claro o meu respeito ao trabalho do Dr. Reichembach, também, ao Dr. Luiz Grochocki na Polícia Científica, e do Dr. Caricati à frente da Polícia Penal. Temos várias pautas que precisamos avançar, precisamos estar unidos e agora com a vinda do Secretário Ortega para a Casa Civil, conseguimos fazer parte desse grupo de trabalho da Casa Civil, onde estamos trabalhando justamente essas pautas que o senhor está mencionando. Quero te agradecer pelo aparte e dizer que estaremos juntos nas pautas aí referentes à segurança pública aqui do Estado do Paraná para que possamos avançar. Parabéns.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PROS): Obrigado, Soldado Adriano. Um aparte ao Delegado Fernando, por favor.

Deputado Delegado Fernando Martins (REP): Deputado Jacovós, realmente o senhor tem razão quando diz que o Governo acertou na nomeação do Delegado, hoje, Secretário Mesquita, que tem trabalhado na Secretaria da Segurança para tirar aquela confusão que foi feita com relação aos servidores públicos da segurança pública. O Secretário Mesquita está de parabéns, estivemos com ele também. E, realmente, ele tem buscado o diálogo, conversa para que a situação da polícia civil, da polícia militar possa ser resolvida da melhor maneira possível. E na semana que vem o senhor também estará, segunda-feira, na Comissão, para que possamos voltar a discutir a questão salarial dos nossos policiais. Obrigado.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PROS): Obrigado, Delegado Fernando. Mauro Moraes, por favor.

Deputado Mauro Moraes (UNIÃO): Excelência, é uma satisfação poder ajudar V.Ex.^a nisso. Também, como os senhores, estava desiludido com a questão de segurança no comando do Ex-Secretário de Segurança. Infelizmente o Paraná estava perdendo para a violência por falta de competência. E, felizmente, graças a

Deus, nosso Governador fez essa mudança. Sempre defendi dois nomes que eram da Polícia Federal, o Dr. Mesquita e o Dr. Levisk. Acho que eram pessoas fortemente preparadas para que pudéssemos defender a segurança do Estado do Paraná. Estou voltando como o senhor, agora, a acreditar na segurança do nosso Estado, porque fiquei ausente muito tempo por discordar da forma que estava sendo conduzida a segurança no nosso Estado. Temos que fazer muita coisa: a polícia militar, a polícia civil, polícia científica, a polícia penal estão precisando muito da ajuda dos nossos Deputados aqui, da Casa, que são alinhados com os nossos policiais. Podem ter certeza e convicção de que é uma esperança o Dr. Mesquita, embora haja um tempo muito escasso para que ele possa realizar toda essa mudança necessária para o bom desenvolvimento da segurança do Estado. Mas temos, Deputado Jacovós, de dar nossa parcela de contribuição neste momento em que o Governador abriu os olhos e realmente fez a mudança que todos esperávamos para que a segurança pudesse ter um trabalho melhor. Nem vou entrar em detalhes aqui, mas pedi à Secretaria que me mandasse os índices de investimentos na área de segurança do Estado do Paraná. É estarrecedor. Pode até parecer um descaso muito grande. Temos que fazer voltar ou ao mesmo tempo designar o valor exato de 10% do orçamento do Estado para ser designado para a área de segurança. A segurança do Estado do Paraná pede socorro e temos que dar, como disse, a nossa contribuição. Muito obrigado! Contem comigo nessa luta em prol do Estado do Paraná, em prol dos nossos policiais que trabalham no limite e, como disse você, como disse o nosso amigo Adriano, ganham um salário bem aquém de suas necessidades. Muito obrigado, Sr. Deputado!

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Deputado Caputo, por favor.

Deputado Michele Caputo (PSDB): Jacovós, o meu vai ser 30 segundos, um aparte de fato. Acho que independentemente de quem o Deputado ou a Deputada representa, o tema da política da segurança interessa a todos nós no Paraná, e pedi este aparte, Deputado Jacovós, para dizer que trabalhei com o Delegado Mesquita e confio no trabalho dele. É claro que ainda é cedo, mas se ele tiver

condições de trabalho, ele fará um grande trabalho. Competência ele tem. Obrigado!

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Deputado Batista.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Para concluir, por favor.

Deputado Dr. Batista (UNIÃO): Deputado Jacovós, parabenizar a iniciativa de V.Ex.^a e falar em Maringá, falar no Prefeito Ulisses, falar na união das nossas forças de segurança. E tenho a satisfação de falar que sou amigo particular do Delegado Mesquita, meu amigo de longuíssima data. Acredito nele, acredito no trabalho dele e, com certeza, vai fazer um trabalho brilhante no Estado do Paraná. Quem vai ganhar será a segurança. Dê tempo ao tempo, dê tempo ao homem, deixa o homem trabalhar.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Muito bem, Sr. Presidente. É o que continha em relação à segurança pública e voltaremos aqui ao tema. Vamos dar oportunidade. Com a nova equipe do Secretário Mesquita, tenho certeza de que as coisas irão melhorar. Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do PT ou da Oposição, melhor dizendo, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, muito bom dia! Cumprimentando V.Ex.^a cumprimento todos os Deputados, Deputadas, os nossos ouvintes, internautas, os que acompanham aqui presencialmente esta Sessão. E o tema que gostaria de tratar aqui hoje é um tema muito importante para o Estado do Paraná, que é o tema do pedágio. Temos falado com frequência sobre esse tema e quero aqui destacar que ontem a Frente Parlamentar sobre o Pedágio esteve representada em Brasília, junto ao Tribunal de Contas da União, falando, conversando, dialogando, levando demandas ao Tribunal de Contas da União. Esteve presente o Deputado Luiz Claudio Romanelli, 1.º Secretário desta Casa,

que aqui se encontra; o Deputado Tião Medeiros, que preside a Comissão de Infraestrutura e Obras Públicas aqui da Casa; o Líder do Governo, Deputado Marcel Micheletto; e o Vice-Presidente da Frente Parlamentar, comigo, o Deputado Evandro Araújo. Também acompanhou o Dr. Alex, advogado do Governo, e a Dr.^a Isabela, que é advogada aqui da Liderança do Governo. Nessa reunião com o Ministro Walton, do Tribunal de Contas da União, entregamos esse documento aqui que está em minhas mãos, que tem um arrazoado de 24 itens, é um memorial sobre o processo de privatização das rodovias estaduais e federais do Paraná. Esse documento, de forma muito sucinta, aborda os pontos, os resultados consolidados pelo estudo feito pelo ITTI, que é o Instituto de Transporte, Tecnologia e Inovação da Universidade Federal. Um estudo robusto cientificamente, um estudo com uma rigidez científica ótima, que contempla as necessidades do Paraná em fazer um contraponto ao que foi apresentado pela proposta do Governo Federal sobre o pedágio no Estado. Mais de 350 páginas entregues fisicamente ao Ministro e apresentados vários pontos. Ainda levamos também uma síntese das 20 Audiências Públicas feitas por esta Casa Parlamentar. Entregamos também o compromisso desta Casa, assinado pelos 54 Deputados, do que pensamos sobre o pedágio no Estado. Nesse ato, que ocorreu ontem, dentro desse documento, frisamos a ausência de dados, documentos e correlatos não cumpridos pela ANTT nesse processo de pedágio que ocorre no Estado do Paraná. Falamos que a ausência dessas informações pode levar o Paraná a ter um pedágio caro, ineficiente e injusto novamente. Colocamos a ausência de licenciamento ambiental em algumas obras, falamos dos critérios desconhecidos para as faixas de descontos e aporte financeiro, das diferenças de valores dos investimentos previstos, divulgados em fevereiro pela ANTT, de 2021, e apresentado agora junto ao Tribunal de Contas da União uma diferença, por exemplo, Deputada Luciana, no valor de R\$ 650 milhões. Colocamos sobre o possível abuso na estimativa da receita a ocorrer. Falamos da falta de isonomia tarifária, das lacunas legais. Falamos também sobre o modelo de licitação das garantias e das propostas. Enfatizamos a necessidade de diálogos com os municípios. Oitenta e sete cidades vão receber obras, mas não foram consultadas,

não teve diálogo com plano diretor, não teve nenhum debate físico com os municípios para ver se podem suportar tais obras ou se os municípios e as Prefeituras concordam com essas obras. Falamos ainda do impacto que é sofrido por esse processo de pedágio, neste momento, caso seja licitado, que o momento é inoportuno pelas condições financeiras e econômicas que atravessa a nação e que isso pode impactar em um pedágio caro por mais tempo. Falamos da necessidade de fiscalização, da necessidade de nova Audiência Pública, até porque depois que se mudou o modelo não fez uma Audiência Pública com a sociedade. Depois que o Governo Federal mudou a forma de outorga para aporte, mudando o equilíbrio econômico-financeiro e a modelagem matemática disso tudo, não houve uma nova Audiência. Entregamos documentos dos municípios, da preocupação das praças em zonas urbanas praticamente que dividem a cidade. Falamos da questão dos quilombolas. Falamos também do ônus gerado pela outorga, do aporte, enfim, contamos todas as histórias e falamos do último problema e para mim um dos mais graves a ser considerado: do pedido de aumento da ANTT em 30% do valor da tarifa, mesmo antes de se iniciar o leilão. Muitas dessas informações o Ministro se mostrou surpreso, a meu ver, durante as falas. Todos os Deputados contribuíram, falaram, expuseram suas ideias. Foi uma reunião produtiva porque foi longa e foi ouvido. E ficou marcada uma nova reunião para a próxima semana, onde esta Casa vai estar representada pelos Deputados, mas mais do que isso: serão levados os técnicos que fizeram o estudo, para fazer um debate técnico junto à Secretaria do Tribunal de Contas da União responsável pela pasta. Em suma, esta Casa está fazendo o seu papel, expondo para o Tribunal de Contas a nossa discordância. Colocamos do passivo, que o projeto de pedágio que houve no Paraná, que foi executado nos últimos 24 anos, além de caro e ineficiente, roubou o povo do Paraná, fez 51% apenas das duplicações, 57% das terceiras-faixas, sumiram com 38 grandes obras. E colocamos da preocupação que é para o Paraná essa discussão do pedágio, principalmente após a ANTT, a ANTT que é um órgão que não está cumprindo com o seu papel, não apresentando as planilhas físico-financeiras, nem os projetos básicos de engenharia do novo projeto de pedágio. E colocamos essa preocupação e

frisamos a necessidade de mais diálogo, mais tempo, e que essa solução de se licitar apenas um lote ou dois não vai resolver o problema. Muito pelo contrário, pode aproveitar o momento de pressa, por conta da turbulência eleitoral e deixar um legado pior do que tínhamos. Por isso, foi importante a participação desta Casa...

Deputado Evandro Araújo (PSD): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Por isso foi importante a participação desta Casa, dos Deputados que estiveram lá, que, volto a frisar, representam 54. Deputado Evandro e depois Deputado Tadeu.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Quero cumprimentar V.Ex.^a, Deputado Arilson, pela postura da Oposição em tratar esse tema, que não é um tema para ser tratado de maneira sorrateira, política, visando o processo eleitoral em curso que se avizinha aí. E a postura é essa porque os paranaenses não merecem, mais uma vez, uma concessão que possa aumentar a chaga que já existe. E de todos os pontos que V.Ex.^a aqui relatou que tratamos lá em Brasília, quero ressaltar exatamente o ponto que mais me chama a atenção – claro, tem outros, degrau tarifário e tudo –, mas ressaltar o momento que vivemos, internacional inclusive, na economia brasileira, mas internacional, e que, por conta deste contexto macroeconômico nacional e internacional, infelizmente não é momento de fecharmos o leilão dessa forma. Então, assim, levamos esta preocupação ao Ministro e agora, como V.Ex.^a ressaltou, isso será levado com outros pontos que aqui foram abordados. E dizer dessa importância que todos os paranaenses, que esta Casa inteira – foi falado em nome de todos os 54 Deputados e Deputadas –, importante que todos estejamos unidos e não deixemos que o processo eleitoral possa atrapalhar a serenidade, a condução responsável do tema do pedágio aqui nesta Casa. Então, cumprimentar V.Ex.^a por isso também.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado, Deputado Evandro. E é importante que não atrapalhe a forma política do processo de pedágio, a forma burocrática e muito menos econômica. Deputado Tadeu, por favor.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Deputado Arilson, quero parabenizar o senhor e todos aqueles, o Deputado Romanelli, o Deputado Evandro, todos aqueles que foram a Brasília. Queria só pedir licença ao senhor por um minuto só para fazer um comunicado, usar o horário da Oposição.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Claro.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Porque ouvi um pouco, não estava aqui, mas ouvi um pouco das ponderações feitas pelo Deputado Homero a respeito da Universidade Federal e acho que é preciso esclarecer. Anteontem teve uma matéria na RPC falando exatamente, coincidentemente sobre vacina. Recebo uma informação agora: a Universidade Federal do Paraná está no mesmo ritmo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal de Minas Gerais, exatamente nas mesmas condições, só não é mais rápida porque faltaram recursos. E mais ainda, agora estão aguardando que a Anvisa faça a liberação porque os testes já estão sendo feitos, a partir de agora, do mês de junho, em animais. E é a primeira vez que teremos uma vacina – porque esta vacina será usado todos os anos, sabemos disso – 100% nacional. Então, a Universidade Federal do Estado do Paraná está usando corretamente os recursos, os poucos recursos que tem, está desenvolvendo como as duas outras universidades... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor. Deputado Tadeu, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): ... a vacina nacional e não há absolutamente nada no seu ritmo que esteja diferente do que está acontecendo no mundo todo. E se tudo ocorrer bem, espero que corra, até o final do ano, todos poderemos ser vacinados, inclusive o Deputado Homero, com a vacina da Universidade Federal do Paraná. Obrigado, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Muito importante a valorização da ciência e o aprofundamento de investimentos no ensino superior público no Brasil

e no Paraná. Para finalizar, Presidente, é importante que esta Casa – aqui quero fazer um agradecimento à Mesa – deu sustentação para a Frente Parlamentar, inclusive financeira, para contratar a Universidade Federal para produzir um documento tão rico cientificamente e que faz um contraponto. A Universidade Federal, por meio da ITTI, está desmontando o projeto de pedágio nefasto que se encontra no Estado do Paraná científica e tecnicamente. Isso vai ficar para a história! E a união desta Casa em buscar a solução também. Parabéns ao povo do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência registra a presença na Casa do Vice-Prefeito de Ribeirão do Pinhal, Sr. Rodrigo Lanini Borges, e da sua esposa, Elaine da Silva Borges, por solicitação do Deputado Michele Caputo; e dos nossos amigos Vereadores de Santa Tereza do Oeste, Fábio Perlin, Vice-Presidente da Câmara, Leo Menin, 1.º Secretário, e também do nosso amigo Gilmar Tonello, Secretário Municipal da Segurança de Santa Tereza do Oeste; e da nossa querida Vereadora de Ivaiporã, nossa Presidente da Câmara, Gertrudes. Sejam todos bem-vindos aqui à nossa Casa. Próximo orador, pela Liderança do Governo, Deputado Tiago Amaral.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Sr. Presidente, Mesa, queria fazer uma solicitação, um pedido a cada um dos meus amigos Deputados que aqui estão, queria rapidamente a atenção dos senhores para que vocês ouçam de forma muito breve, mas importante, meu amigo Guerra, a leitura de um currículo que vou fazer: Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná; Mestre em Criminologia e Investigações Criminais pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança; cursos de Especialização com a Polícia Nacional do Japão e com a Drug Enforcement Administration, DEA, dos Estados Unidos, órgão da Polícia Federal e Departamento de Justiça dos Estados Unidos; encarregado da repressão e do controle de narcóticos; 30 anos de experiência na área de segurança; esteve recentemente no Ministério da Justiça e Segurança Pública e foi Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná; coordenou as Operações Zapata, Fênix, Ressaca, Catimbó; foi Chefe do

Departamento de Repressão a Entorpecentes, do Departamento de Investigação de Crimes Patrimoniais, e da Delegacia de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal do Paraná. Esses, senhores, são apenas os principais pontos do currículo do Secretário Wagner Mesquita. Fazer um ataque à pessoa do Secretário Wagner Mesquita, fazer um ataque a esse profissional preparado, qualificado, honrado, sem trazer qualquer tipo de indicação ou sugestão, sem fazer qualquer tipo de apontamento, é simplesmente desrespeito.

Deputado Adelino Ribeiro (PSD): Dá um aparte?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): E desrespeito, com todo o respeito, meu querido amigo, não é algo que contribui para a construção de uma estrutura de segurança pública melhor no Estado do Paraná. Aqui, para além da leitura do currículo que acabo de fazer, o posicionamento de vários dos senhores Parlamentares que, sem que qualquer pessoa fizesse uma solicitação aqui, *Vamos defender o Secretário*, vários Parlamentares se pronunciaram, vários Parlamentares se sentiram ofendidos com o ataque feito justamente por entender que daquele lado existe um grande profissional e alguém que está de fato trabalhando pelo bem da segurança pública, inclusive um dos mais críticos, o Deputado Fruet, mas a defesa que foi feita pelo Fernando, a defesa que foi feita pelo Jacovós, a defesa que foi feita pelo Mauro Moraes, a defesa que foi feita pelo Adriano, a defesa que foi feita por inúmeros Parlamentares aqui, inclusive aqueles que nem são da segurança pública. Portanto, vamos manter a nossa discussão em um alto grau e um alto nível, justamente que é o nível do nosso atual Secretário da Segurança. Concedo um aparte antes, Guto, ao Deputado Adelino e na sequência para V.Ex.^a.

Deputado Adelino Ribeiro (PSD): Queria, na mesma linha de V.Ex.^a, é uma pena as pessoas usarem a palavra para tirar proveito político em cima de situação. Ouvi aqui o Deputado Requião usando a palavra, dizendo que na época desse Secretário se empurravam as viaturas. Não se empurrava, não vi, estava aqui como Deputado e não vi empurrando. Vi empurrando no Governo do Requião. Lá

atrás vi empurrando, porque era Vereador na minha cidade e vi os policiais empurrando, inclusive no bairro onde moro. Então, aproveitar-se de uma linha política em um momento deste para fazer uma crítica a um profissional da qualidade e do respeito que tem o Secretário Wagner Mesquita é *chover no molhado*, é o desespero do desespero em época de eleição. Acompanho a segurança pública do Estado do Paraná por diversos governos, por diversos governos acompanho e a leitura que tenho do Secretário Wagner Mesquita é que, sem dúvida nenhuma, é uma pessoa corretíssima, organizado e está preparando um time de primeira linha para ajudar o Estado do Paraná. A pessoa usar a tribuna para aparecer em um momento desses... É importante, é um momento eleitoral, cada um usa a tática que tem para usar. Agora, ficar falando do profissional, do quilate do Secretário Wagner Mesquita, é uma falta de critério do ser humano, porque ele é um cara preparado, um cidadão. Acompanhei o mandato dele no passado do Beto Richa. Estava aqui, acompanhei, vi todo o trabalho sério que ele fez. Então, queria parabenizar pela colocação. Espero que o Governo, na minha visão, fez o corretíssimo, trazendo esse profissional para dar um resultado positivo na área de segurança.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Deputado Guto Silva.

Deputado Guto Silva (PP): Obrigado, Deputado Tiago. É natural que o debate é importante, agora, é preciso separar a pessoa dos problemas. Quando colocamos os problemas e as pessoas na mesma vala comum, o debate fica raso. Vou colaborar com a vossa introdução sobre o currículo do Mesquita e inserir algumas coisas a mais. Íntegro, cordial, trabalhador, com grande trânsito no Ministério da Justiça. Tenho convicção, pelo clima na Secretaria de Justiça, tem avanços importantes e vai continuar nesse trabalho de poder reorganizar toda a nossa questão de segurança pública. Então, com toda a franqueza, não são cabíveis as críticas contundentes, na pessoa do Secretário Mesquita, porque é um operário da segurança pública que está trabalhando para resguardar a segurança pública do Paraná.

Deputado Requião Filho (PT): Deputado Tiago, fui citado. Gostaria de pequeno aparte, rapidamente? É rapidinho, 30 segundos.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Com todo o respeito.

Deputado Requião Filho (PT): Fui citado.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Tudo bem, mas você não tem que usar o meu aparte para dizer isso. Posso lhe ceder um aparte, não tem nenhum problema. Só lhe pediria que mantivesse o respeito, portanto, com as palavras.

Deputado Requião Filho (PT): Sem problema, Deputado Tiago. Conheci o Deputado Mesquita, conheço o seu diretor-geral, que é meu amigo, o Chiquinho, mas a minha opinião sobre o Delegado Mesquita, como Secretário, continua sendo a mesma. O que me assusta é a memória seletiva do Deputado Adelino.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Por favor, Sr. Presidente.

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Deputado, por gentileza, uma colocação apenas, que já usei várias vezes nesta Casa: Exagerou, perdeu a razão.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Perfeitamente. Perfeitamente. Bom, acho que isso fica claro. Deputado Adriano, o senhor quer falar?

Deputado Soldado Adriano José (PP): Quero sim. Deputado Tiago, quero te parabenizar pela fala. Dizer que a área da segurança pública é uma área que reconhecemos e que precisamos ainda avançar bastante. Mas penso que o momento é importantíssimo com a vinda do Secretário, Doutor Mesquita, Doutor Wagner Mesquita. Fica clara a sua vontade, o seu preparo, o quanto ele conhece as questões ligadas à área da segurança pública. Nós que estamos aqui precisamos, como o senhor mesmo disse na tua fala, ajudar no apontamento de soluções, porque apenas subir à tribuna e apontar problemas é a coisa mais fácil. Vamos apresentar problemas na área da segurança, da educação, em todas as áreas. Agora, você participar de reunião cedo, à tarde, à noite, de madrugada,

igual muitas vezes, com Vossa Excelência, temos participado, isso, sim, é difícil, você estar à frente para poder resolver os problemas, mas tenho certeza de que o Doutor Wagner Mesquita, com todo o apoio dos Deputados aqui, que são comprometidos com a seriedade, a verdade e o comprometimento, vamos avançar muito na questão da segurança pública. Tanto que agora no mês de junho, julho, teremos os cursos de formações da Polícia Militar e também a formação para os policiais civis, para que possamos diminuir essa grande falta de efetivo no Estado. Muito obrigado.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Excelente. É importante destacar isso, que estamos hoje com concursos já em andamento, tanto na Polícia Militar, como na Polícia Civil. Tivemos, sim, esses concursos que foram lançados anteriormente até a pandemia. A pandemia realmente acabou impactando muito na execução desses concursos. Tivemos problemas, inclusive, com a própria Universidade Federal, que é a coordenadora que tem feito esse processo, tem conduzido esse processo, mas os concursos estão em andamento e esperamos para que nos próximos dias tenhamos já a solução para a contratação inicial, que é necessária. Sabemos das dificuldades e da realidade que o efetivo de segurança pública no Brasil vem sofrendo. A aposentadoria, em regra, é muito mais alta do que a quantidade de policiais contratados. Então, esse problema é um problema nacional. Esperamos que de fato possa ser solucionado aqui, pelas soluções que estão sendo apresentadas pelo Governador Ratinho Junior. Não tenho dúvida de que viveremos, agora, em um amplo processo de integração dentro... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tiago, por favor, para concluir.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Dentro das forças de segurança pública, porque um dos grandes atributos que temos é justamente esse, por parte do nosso Secretário. Uma capacidade incomum, extremamente destacada, de conseguir conversar com todos os entes da Federação e em todos os níveis,

desde Município, Estado e União e com todas as forças de segurança. Todas! Indistintamente tem o respeito de todos e isso podemos comprovar no seu dia a dia. Só para finalizar, Sr. Presidente, destacar aqui a disposição sempre pronta para o diálogo e construção de soluções em relação ao pedágio por parte do Governo Ratinho Junior. Ontem, essa reunião com o Ministro do Tribunal de Contas foi uma prova clara disso, Deputado Romanelli. Com o Arilson, com Vossa Excelência, o nosso Líder do Governo, também o Deputado Tião Medeiros, estiveram conduzindo um importante diálogo, que com toda certeza vai aproximar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, para concluir.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Vai aproximar os anseios, as demandas e as indagações que temos aqui, justamente do processo de solução melhor possível agora para essa nova condição de pedágio. É um processo importante, que não estamos de olhos fechados, muito pelo contrário, sabemos da complexidade, da gravidade. Essa Assembleia, com o Governador Ratinho Junior, tem feito um trabalho de extrema importância. Rapidamente, Deputado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Vou pedir *pela ordem*, para não atrapalhar.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Portanto, Sr. Presidente, encerro aqui as minhas palavras e agradeço a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Presidente, *pela ordem*. Fui citado pelo Deputado Tiago. Deputado Tiago, não me referi ao Secretário, à sua competência ou à sua incompetência, até porque ele sentou na cadeira agora. Referi-me à competência do Delegado-Geral. Com todo o respeito, Deputado Tiago, que tenho por você, a população paranaense não quer saber de currículo de Secretário, quer

saber das suas atitudes e das suas ações. É isso que esperamos aqui. Não faço discurso politiqueiro.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhor Presidente?

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Estou trazendo um problema da população paranaense. Obrigado. Ele me citou, Sr. Presidente. Tenho o direito de me defender.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está encerrada a solicitação *pela ordem*. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT) e Tiago Amaral (PSD) (48 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Coronel Lee (PDC), conforme art. 97 §

4.º do Regimento Interno; Marcel Micheletto (PL), art. 97 § 3.º Inciso III do Regimento Interno; Tercílio Turini (PSD), art. 97 § 3.º Inciso III do Regimento Interno; e Tião Medeiros (PP), conforme art. 97 § 3.º Inciso III do Regimento Interno (4 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Elio Rusch (UNIÃO) e Gilson de Souza (PL) (2 Parlamentares) .]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o nº 240/2022, do Deputado Soldado Adriano José, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Ivo Pierin Júnior; **Autuado sob o nº 241/2022**, dos Deputados Ademar Traiano, Alexandre Curi, Tião Medeiros e Paulo Litro, que altera a Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis, e altera a Lei n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos uma Redação Final.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto do Projeto de Lei n.º 152/2020, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Esportiva Pato Futsal, com sede no município de Pato Branco. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 2 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 671/2020, de autoria do Deputado Nelson Luersen, que dispõe sobre a obrigatoriedade de hospitais públicos e unidades de pronto atendimento – UPAs do Estado do Paraná disponibilizarem a rede de comunicação de dados sem fio wi-fi gratuitamente aos usuários que

realizarem qualquer espera/atendimento. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Substitutivo geral da CCJ. Subemenda de Plenário com parecer favorável da CCJ.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (UNIÃO): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Nelson, para encaminhar. Vamos submeter ao voto na sequência o substitutivo geral, ressalvada a subemenda.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, agradeço a todos os nobres Deputados que aprovaram esse Projeto nas Comissões e que chega aqui a Plenário para votar em segunda discussão. Já tivemos a aprovação da constitucionalidade. Foi feito um substitutivo geral do projeto, com o qual concordamos e pedimos a sua aprovação. Pedimos a aprovação do Projeto por achar interessante. Um Projeto que disponibiliza a instalação de rede *wi-fi* em hospitais, clínicas, postos de saúde e UPAs no Paraná. Claro, temos uma subemenda de Plenário com parecer favorável da CCJ, e vamos pedir a derrubada dessa subemenda, porque ela exclui, exclui do Projeto a disponibilidade de *wi-fi* em pronto-atendimento e em UPAs no Estado do Paraná. Então, Sr. Presidente, encaminho favorável ao substitutivo geral e contrário à subemenda de Plenário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, votando o substitutivo geral, ressalvada a subemenda. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto favorável.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Só um minutinho, Sr. Presidente. Senhor Presidente, peço vênica ao meu querido amigo Nelson Luersen, mas vou pedir o voto “*sim*”, para que sejam mantidas as emendas apresentadas e aprovadas na CCJ.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Estamos votando o substitutivo agora, Deputado, ressalvada a emenda, a subemenda.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): O substitutivo é uma emenda, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Substitutivo geral apresentado na CCJ, ressalvada a subemenda de Plenário.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Voto “*sim*” ao substitutivo geral, emendado pela CCJ.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (UNIÃO): Voto “*sim*”, Sr.^s Deputados, voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, o substitutivo geral é da CCJ, a subemenda é de Plenário, entendam. Ainda em aberto os votos dos Deputados Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Francisco Bühler, Galo e Reichembach. Votação encerrada.

DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER (PSD): Senhor Presidente, meu voto é “*sim*”, não consigo registrar aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Chico, confirmo o seu voto “*sim*”. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória,

Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tiago Amaral (45 Deputados); **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Coronel Lee, Elio Rusch, Francisco Bührer, Gilson de Souza, Marcel Micheletto, Tercílio Turini e Tião Medeiros (9 Deputados).]* Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral. Quarenta e seis votos, com o voto do Deputado Francisco Bührer. Está aprovado o substitutivo.**

Agora, vamos submeter ao voto a subemenda, Sr.^s Deputados. Em discussão a subemenda.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (UNIÃO): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Nelson Luersen.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (UNIÃO): Senhor Presidente, então, como disse há pouco, a subemenda prejudica o Projeto, porque ela retira o *wi-fi* para postos de saúde e UPAs no Estado do Paraná. E essas UPAs e postos de saúde têm recurso público, têm recurso do Estado e tenho certeza de que os municípios não terão despesas em cima porque eles já têm *wi-fi* nas unidades de saúde, é só ampliar esse *wi-fi* para que ele contemple também o usuário que lá está. Ou seja, muitas vezes a família está esperando um paciente, está no aguardo, e quer se comunicar com parentes, com familiares, e não tem sinal de celular, e a pessoa fica incomunicável. Então, é importante derrubarmos essa subemenda de Plenário, apresentada pela Liderança do Governo. Então, peço o voto “*não*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados, peço o voto “*sim*”, pedimos o voto “*sim*” a todos, até comentei com o Deputado Nelson, que

compreendo até a colocação dele, mas de fato não tem como expandirmos isso para além da nossa exigência aqui que está sendo feita de disponibilização dentro das redes hospitalares. Portanto, o nosso voto é “*sim*”. Peço voto “*sim*”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição vai votar “*não*”, acompanhando o Deputado Nelson Luersen, por entender a subemenda prejudicial ao Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados, pedimos o voto “*sim*”, voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Bazana, o seu voto, Deputado Luiz Carlos Martins.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Cobra.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Para registrar aqui a presença da Vereadora Cristina Piereti, da cidade de Rolândia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Litro, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (22 Deputados);* **Votaram Não:** *Adelino Ribeiro, Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Luciana*

*Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (19 Deputados); **Abstenção:** Plauto Miró (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Marcel Micheletto, Tercílio Turini e Tião Medeiros (12 Deputados).]* Com 22 votos favoráveis, 19 votos contrários e 1 abstenção, **está aprovada a subemenda.**

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 418/2021, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que concede o título de Capital Paranaense do Orgânico ao município de Tijucas do Sul. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “*sim*”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendente apenas o voto do Deputado Tadeu, pelo o que observo aqui. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tiago Amaral (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tião Medeiros (14 Deputados).] Com 40

votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 418/2021.**

ITEM 4 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 466/2020, de autoria do Deputado Douglas Fabrício (anexo o Projeto n.º 454/2021, dos Deputados Delegado Jacovós, Subtenente Everton, Coronel Lee, Rodrigo Estacho, Gilson de Souza, Do Carmo e Boca Aberta Junior), que revoga o art. 2.º da Lei n.º 20.259, de 15 de julho de 2020. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão Defesa do Consumidor. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “*sim*”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: [**Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tiago Amaral (37 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tião Medeiros (17 Deputados).*] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 466/2020.**

ITEM 5 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 693/2020, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto de

Tecnologia & Dignidade Humana – I-T&DH, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “*sim*”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tiago Amaral (35 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tião Medeiros (19 Deputados).]* Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 693/2020.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Com sua discussão adiada no dia de ontem, quatro requerimentos: **Requerimento n.º 1590/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. César Augusto

Neves Luiz, conforme especifica; **Requerimento n.º 1591/2022**, da Deputada Mabel canto, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. César Augusto Neves Luiz, acerca do número de leitos exclusivos para o município de Ponta Grossa no Hospital Universitário Infantil da Universidade Estadual de Ponta Grossa – HUMAI/UEPG; **Requerimento n.º 1593/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Diretor da Sanepar, Sr. Cláudio Stábile, conforme especifica; e **Requerimento n.º 1594/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Diretor da Copel, Sr. Daniel Pimentel Slaviero, conforme especifica. Como encaminha o Líder?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos a baixa para envio como Expediente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Todos? Ok. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

Ainda mais um **Requerimento n.º 1691/2022**, dos Deputados Anibelli e Tião Medeiros, solicitando informações ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, sobre a situação do projeto de pavimentação da PR-405, que dá acesso ao município de Guaraqueçaba.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Só em relação ao Item 10, Sr. Presidente, acho que me parece ainda do Anibellino, peço só para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Exatamente, do Deputado Anibelli e Tião Medeiros.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): **Adia-se na forma regimental.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1688/2022, do Deputado Coronel Lee, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, requerendo análise e viabilidade de possível alteração da Lei n.º 20.936/2021, solicitado pela Comissão Extraordinária de Segurança Pública da Câmara Municipal de Maringá;

Requerimento n.º 1689/2022, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e envio de voto de congratulações com menção honrosa à 9.ª Feira Municipal de Sementes Crioulas e da Agrobiodiversidade de Rio Azul/PR;

Requerimento n.º 1690/2022, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Sr. Everton Souza, requerendo a transparência dos dados de desmatamento e formalização de parcerias; **Requerimento n.º 1692/2022**, do Deputado Goura,

solicitando o registro e envio de menção honrosa ao Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas (Gupe), pelo seu excelente trabalho há mais de 35 anos realizando pesquisas, exploração, prospecção e topografia de cavernas em prol da conservação desses ambientes e seu entorno nos Campos Gerais e região no Estado do Paraná; **Requerimento n.º 1693/2022**, do Deputado Goura, solicitando

o envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Sr. Everton Souza, sobre o requerimento n.º 6120/2021, e-protocolo 18.126.963-4, acerca do Parque Estadual do Pau Oco; **Requerimento n.º**

1694/2022, do Deputado Goura, solicitando o registro e envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Aguinaldo Cavalheiro de Almeida, Professor de Filosofia no Colégio Estadual do Paraná e no Instituto de Educação do Paraná;

Requerimento n.º 1696/2022, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Sr. Augustinho Zucchi, requerendo que empreendam esforços no sentido de destinar recursos financeiros para a reconstrução da Escola Municipal Pedro Siqueira, danificada em razão de vendaval ocorrido no município de Reserva do Iguaçu; **Requerimento n.º 1697/2022**, do Deputado

Homero Marchese, solicitando o registro e envio de menção honrosa ao Dr. Ivo

Colletes Júnior e à Dr.^a Jane Marie Colletes, pelos 55 anos de serviços prestados na área de Odontologia na cidade de Maringá; **Requerimento n.º 1698/2022**, do Deputado Paulo Litro, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Renê de Oliveira Garcia Júnior, requerendo aprimoramentos ao convênio ICMS n.º 16/2015; **Requerimento n.º 1699/2022**, do Deputado Soldado Adriano, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Wagner Mesquita, requerendo providências para regulamentar a carreira de Agente de Segurança Socioeducativo, incluindo-se tais servidores no sistema de Segurança Pública do Paraná; **Requerimento n.º 1700/2022**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo a devida atenção para com a população de Guaraqueçaba, a fim de garantir a livre circulação terrestre com todo o Estado; **Requerimento n.º 1702/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo a viabilidade da criação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, Coudelaria do Palmital; **Requerimento n.º 1703/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística e ao Diretor-Geral do DER/PR, requerendo a análise de viabilidade da instalação de redutores de velocidade na PR-466.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1704/2022**, do Deputado Cobra Repórter, requerendo o uso do Pequeno ou do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 6 de junho de 2022.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1708/2022**, do Deputado Guto Silva, solicitando a criação de comissão temporária para a implantação da Agenda Ambiental no âmbito da Assembleia Legislativa do Paraná; **Requerimento n.º 1711/2022**, do Deputado Goura, solicitando a

autorização para se ausentar do País no período de 8 a 20 de junho de 2022, sem ônus para o Poder Legislativo.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 1695/2022**, do Deputado Dr. Batista, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25 de maio de 2022; **Requerimento n.º 1701/2022**, do Deputado Soldado Fruet, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 4 de maio de 2022; **Requerimento n.º 1712/2022**, do Deputado Coronel Lee, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 1.º de junho de 2022; **Requerimento n.º 1713/2022**, do Deputado Marcel Micheletto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 2 de maio de 2022; **Requerimento n.º 1714/2022**, do Deputado Reichembach, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25 de maio de 2022; **Requerimento n.º 1715/2022**, do Deputado Elio Rusch, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 2 de maio de 2022.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, III do Regimento Interno (em decorrência de audiência ou evento com o Ministro de Estado): **Requerimento n.º 1705/2022**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 31 de maio e 1.º de junho de 2022; **Requerimento n.º 1706/2022**, do Deputado Evandro Araújo, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 31 de maio e 1.º de junho de 2022; **Requerimento n.º 1707/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 31 de maio e 1.º de junho de 2022; **Requerimento n.º 1709/2022**, do Deputado Tião Medeiros, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 31 de maio e 1.º de junho de 2022; **Requerimento n.º 1710/2022**, do Deputado Marcel Micheletto, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 31 de maio e 1.º de junho de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para segunda-feira, dia 6 de junho de 2022, à hora e regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 418/2021 e 178/2022; 3.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 671/2020 e 79/2022; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 466/2020, 693/2020, 148/2022 e 181/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 823/2017, 492/2021, 183/2022 e 199/2022; Discussão Única do Veto n.º 6/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 11h31, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)